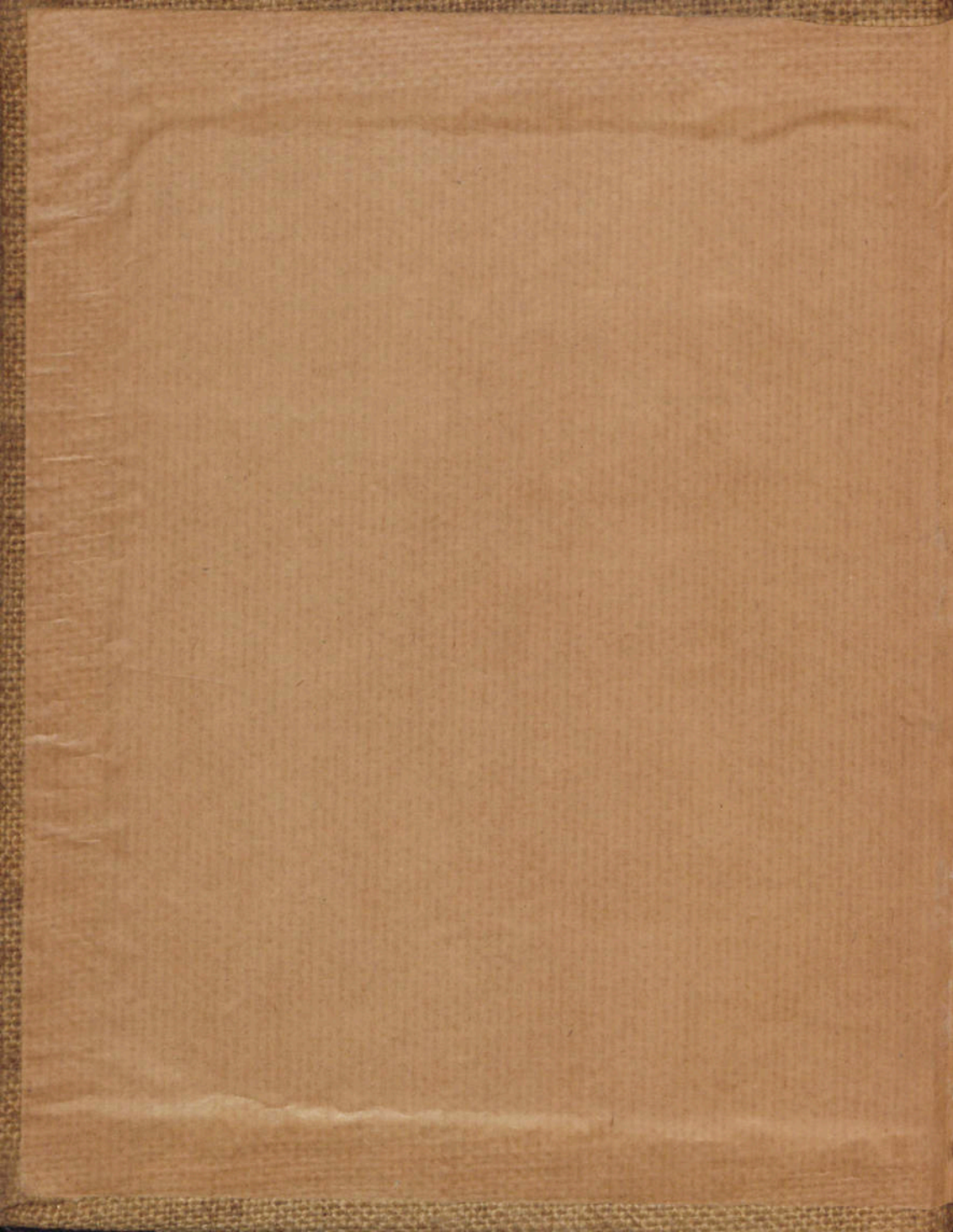


5

A ELEIÇÃO DO
CHEFE DO ESTADO

S
P
N

993





5

SECRETARIA DA
PROPAGANDA NACIONAL
BIBLIOTECA

N.º Reg.	918
Cota	5.44



5

SECRETARIA DA

PROPAGANDA NACIONAL

A ELEIÇÃO DO CHEFE DO ESTADO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. PRESIDENTE DO CONSELHO
EM 10 DE FEVEREIRO DE 1935

N.º 918
Data 2.44

EDIÇÕES

SPN

LISBOA



BIBLIOTECA

O PENSAMENTO DE SALAZAR

A ELEIÇÃO DO

CHEFE DO ESTADO

Discurso pronunciado pelo
Sr. Presidente do Conselho
em 10 de Fevereiro de 1935

EDIÇÕES

SPN

LISBOA



mil novecentos e trinta e cinco

S. N. E.
923

INCORPORACAO
INCORPORACAO

MEUS SENHORES: Entre os vários sistemas possíveis de designação do Chefe do Estado, optou o País por tomar sôbre si o encargo de fazê-la directamente, por meio de eleição. Não pergunto quem vai eleger: pergunto com que espírito vai intervir em acto de tamanha gravidade.

O problema que ponho não teria razão de ser posto antes de nós: a situação criada pela revolução de 28 de Maio deve reivindicar para si, como facto indestrutível, ter imposto na política e na administração, das mais altas às mais modestas funções privadas ou públicas, dentro da Nação ou do Estado, uma consciência moral. Esse sentimento vivo da Nação que, em obediência aos fins superiores do agregado nacional, se opõe, e posterga e domina o indivíduo e os seus interesses transitórios, o grupo e as suas tendências par-

ticularistas, o partido e as suas solidariedades, aviventámo-lo na consciência do povo, onde se estiolava, mas, felizmente, não chegara a morrer, e impusemo-lo na política, onde os homens o tinham inteiramente sacrificado às suas paixões partidárias. Ao lado desta consciência nacional advogámos a consciência do dever e do sacrifício, da justiça e da caridade, no exercício da função governativa, como clara afirmação de que a moral deve informar tôda a acção humana, tanto mais intensamente quanto maior é a sua influência ou projecção na vida social, e quanto mais numerosos são os laços que prendem o agente aos outros homens. Nós podemos culpar o Estado que nos precedeu de dois crimes graves — obliterar nas consciências o sentimento nacional, separar da função de govêrno a política, e de uma e de outra a moral: ficou-se, em tais circunstâncias, sem norte e sem limitações a todos os desregramentos da vontade.

A pouco e pouco nos vamos curando dêsses males ; com dificuldades sem conta, a lutar incessantemente contra más tendências e maus hábitos, temos insistido em que se dispa definitivamente o *homem velho* e pro-

curado construir uma ordem política e social que não seja de si mesma incitamento à expansão dos defeitos e das más paixões, mas à máxima utilização das qualidades dos portugueses.

A medida que se foi conseguindo fazer penetrar dêste sentido do *interêsse comum* a actividade política e administrativa e à medida que uma alta consciência moral foi informando igualmente uma e outra — e está longe a perfeita consecução do nosso objectivo — todos puderam ver que a vida pública se elevava em dignidade e que o respeito pelas altas funções do Estado não é senão a contrapartida da noção das responsabilidades por parte de quem deva exercê-las.

À luz a que o problema deve ser posto já não seria possível haver à volta da eleição do Chefe do Estado baixas intrigas políticas, conluios partidários, combinações interesseiras, sombras de compromissos futuros, nem teria já sentido a exploração da vaidade humana, a necessidade das aposentações políticas ou o intento de colocar na mais alta magistratura uma inutilidade brilhante: não o permite a Constituição; não o permitiria, sobretudo, a consciência pública, suficien-

temente esclarecida àcêrca das funções que incumbem ao Chefe do Estado e das qualidades que deve ter para o exercício da sua missão.

Desviou-se a nossa constituição do tipo corrente das constituições europeias do século XIX, em que o Chefe do Estado, aparentemente, era tudo e realmente não era nada, a não ser a figura decorativa das solenidades oficiais e o sancionador de deliberações e actos de que não tinha a iniciativa nem o comando. E desviou-se porque, não pretendendo, aliás, envolver o Presidente da República na trama de todos os negócios da governação e absorver-lhe as energias e os cuidados nas mil pequenas coisas da vida política diária, quis que efectivamente exercesse, com tôda a responsabilidade inerente, aquelas altas funções que são attributo da direcção superior do Estado. Fugiu-se, pelo melindre da posição e para salvaguarda de outros interêsses nacionais, a confundir o Chefe do Estado com um chefe político, mas não se fugiu a confiar-lhe corajosamente

(indo-se, aliás, de encontro a normas mais cómodas, generalizadas pelo mêdo das responsabilidades) todos os poderes e garantias necessárias para sempre se poder afirmar que é êle quem traça, com tôda a independência, a vida do Estado, as grandes directrizes.

A um Presidente decorativo e inerte a Constituição substituiu o verdadeiro Chefe do Estado, guia activo da Nação, responsável pelos seus destinos.

Decerto, se não vai supor que é materialmente pesada, com exigência de numerosos trabalhos e pormenores de execução, a magistratura suprema, ainda que seja geralmente apensionada a vida dos Chefes do Estado. O seu pêso é o do cuidado constante, o da atenção sempre desperta, o do coração sempre aberto sobre a vida, o trabalho, os sofrimentos dos milhões de portuguezes cujos destinos lhes estão confiados e podem ser comprometidos ; é, sobretudo, o pêso da História multiseccular, das tradições gloriosas que não podem ser escurecidas, e do futuro nacional que deve ser assegurado. O pêso é o da decisão nos momentos solenes e trágicos muitas vezes, da vida dos povos, em que se apagaram tôdas as luzes, se calaram tôdas as vozes,

se extinguiram todos os conselhos ou sugestões e só à consciência de um homem, diante do País e da sua História, compete dizer sim! não! Dêste *sim*, dêste *não* depende a vida dos governos, o trabalho das Assembleias, a guerra, a paz, a prosperidade, a miséria, a honra da Nação, os caminhos do futuro. Vêde se não é pesado decidir.

Não há na gerência dos negócios terrenos funções mais altas, mais difíceis, mais delicadas. Deve aferir-se por elas o conjunto de qualidades que deverá ter quem bem se haja de desempenhar dessa missão.



Um moralista deixou escrito: Deus nos dê o sábio para nos ilustrar, o santo para nos edificar, o homem prudente para nos governar. O autor encontrará no seu bom senso a verdade política que a experiência humana tem inteiramente consagrado.

Muitas pessoas se admiram, sem razão, de que na governação dos Estados seja, em geral, reservado tão pequeno lugar aos sábios e às pessoas piedosas, como

se fôsse a mesma coisa honrar o Estado a virtude e a ciência e confiar aos seus maiores cultores a gerência dos negócios públicos. Certamente, as qualidades dominantes requeridas aos Chefes do Estado, se as pudessemos escolher, variariam um pouco com o carácter dos povos e com as exigências especiais de alguns períodos históricos; por vezes, uma só qualidade responde à necessidade máxima do momento. Mas o melhor não é necessariamente o mais virtuoso, nem o de maior talento, nem o mais culto, nem o mais forte, nem o mais activo, mas aquele que possui, se assim me posso exprimir, a mais alta média de qualidades úteis. A ponderação, o sentido das oportunidades, o equilíbrio, a independência, a firmeza temperada de maleabilidade, o conhecimento dos homens e das suas paixões, o dom de adivinhar a consciência pública e de prever o encadeamento dos factos políticos e sociais, a dedicação desinteressada, essa entrega completa, êsse sacrifício inteiro ao bem comum, à fôrça dos quais tem de ser resgatado tudo o que possa ter havido para trás de falta de zêlo, de abandono, de vaidades, de delícias do poder, substituindo-se às agruras do mando, são

qualidades indispensáveis no exercício da mais alta magistratura nacional.

A preocupação constante dos interesses do povo e da honra e destinos da Nação, a alta consciência do dever, a unidade do pensamento fundamental que *Boissy* pôs há pouco em relêvo na *Arte de Governar*, com numerosos escritos dos reis de França, se constituem motivo de glória duma casa reinante ou duma dinastia, representam, por outro lado, requisitos de tôdas as formas de govêrno, tão de perto tocam a essência do poder constituído nas sociedades civis. O que além pode ser herdado pelo sangue e adquirido pela preparação para reinar, há de ser aqui haurido pelo estudo e pela reflexão nas puras fontes da consciência nacional, onde se encontrará, a par das melhores tradições, a chama sempre viva do ideal pátrio.

Por êste motivo, por mais alto, isolado ou inacessível que se afigure ser, nada deve quebrar o laço que une o Chefe do Estado ao povo, à Nação. Através do muro erguido pela lisonja, pelas informações tendenciosas, pelas rêdes de interesses, pelas cerimoniaes protocolares, pelas intrigas políticas, pelos despeitos, pelos

conflitos de ideias ou processos de govêrno, a sua visão aguçada pelo sentimento das responsabilidades descobrirá nítidamente os que lamentam o povo e o exploram, os que deviam educar as massas e as enganam ou desmoralizam, os que invocam o poder público e desobedecem às leis, os que exercem violências em nome da justiça, os que praticam arbitrariedades em nome da autoridade, os que têm lugar de serventuários do Estado e o não servem, deturpando as intenções e inutilizando traiçoeiramente os esforços de quem governa. Será pelo espírito de justiça, pela clarividência e pela dedicação desinteressada o amigo da Nação e o seu chefe.

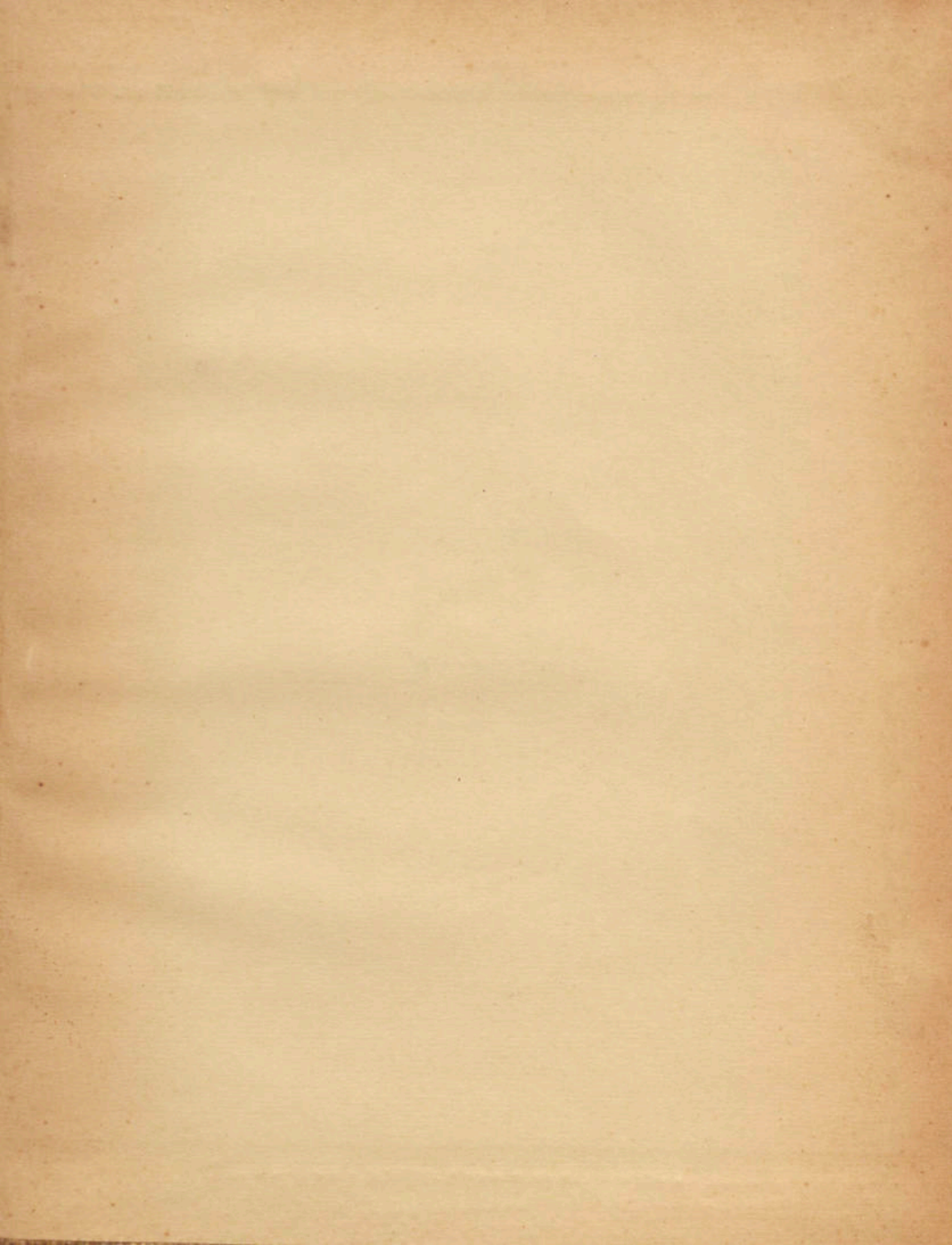


Estava feito o exame do problema suscitado pela eleição presidencial à face dos princípios expostos e da situação política consolidada pela nova Constituição, quando o Govêrno resolveu interceder junto do Chefe do Estado no sentido de que anuisse a propor para novo período a sua candidatura. Para vencer a resistência em contrário, os melindres de situação servida

desde há 9 anos, a saúde, a idade, um pouco até o natural desejo de reingressar na vida calma de simples cidadão, não se encontraram senão estas palavras: *deve ser*, ditas com a mesma singeleza com que, se fôsse conhecido melhor candidato à presidência da República, no actual momento, se diria: *é este*. Era demais evidente que se interpretava fielmente a voz da consciência pública e que a Nação acolheria com júbilo a tranqüilizadora notícia a propósito da qual se deixou escrito na nota oficiosa de 23 de Outubro: «O sr. general Carmona tem exercido com superior critério, alta distinção moral e inexcedível dedicação pelo seu País a função de Chefe do Estado. A estabilidade que desde 1926 houve na suprema direcção do Estado, depois da instabilidade que nela tinha havido desde 1910, é devida tanto às qualidades eminentes, ao equilíbrio de espírito e ao prestígio pessoal do sr. Presidente da República, como à essência disciplinadora do 28 de Maio que o ilustre militar interpretou com fidelidade só igual ao seu aprumo. Essa estabilidade sintetiza diante dos portugueses a vitória máxima do ideal reorganizador que se implantou em Portugal».

Por inequívocas provas vindas de tódta a parte, pela grandiosa manifestação de hoje, à qual não faltou nem o número, nem a qualidade, nem o brilho, nem o entusiasmo, nem a legítima representação do povo português, vejo que se reconheceu a pureza de intenções do Govêrno e que o País compreendeu, sobretudo, dever prestar nesta eleição homenagem ao Exército que fez o 28 de Maio e assegurar por ela a melhor defesa do interêsse nacional.

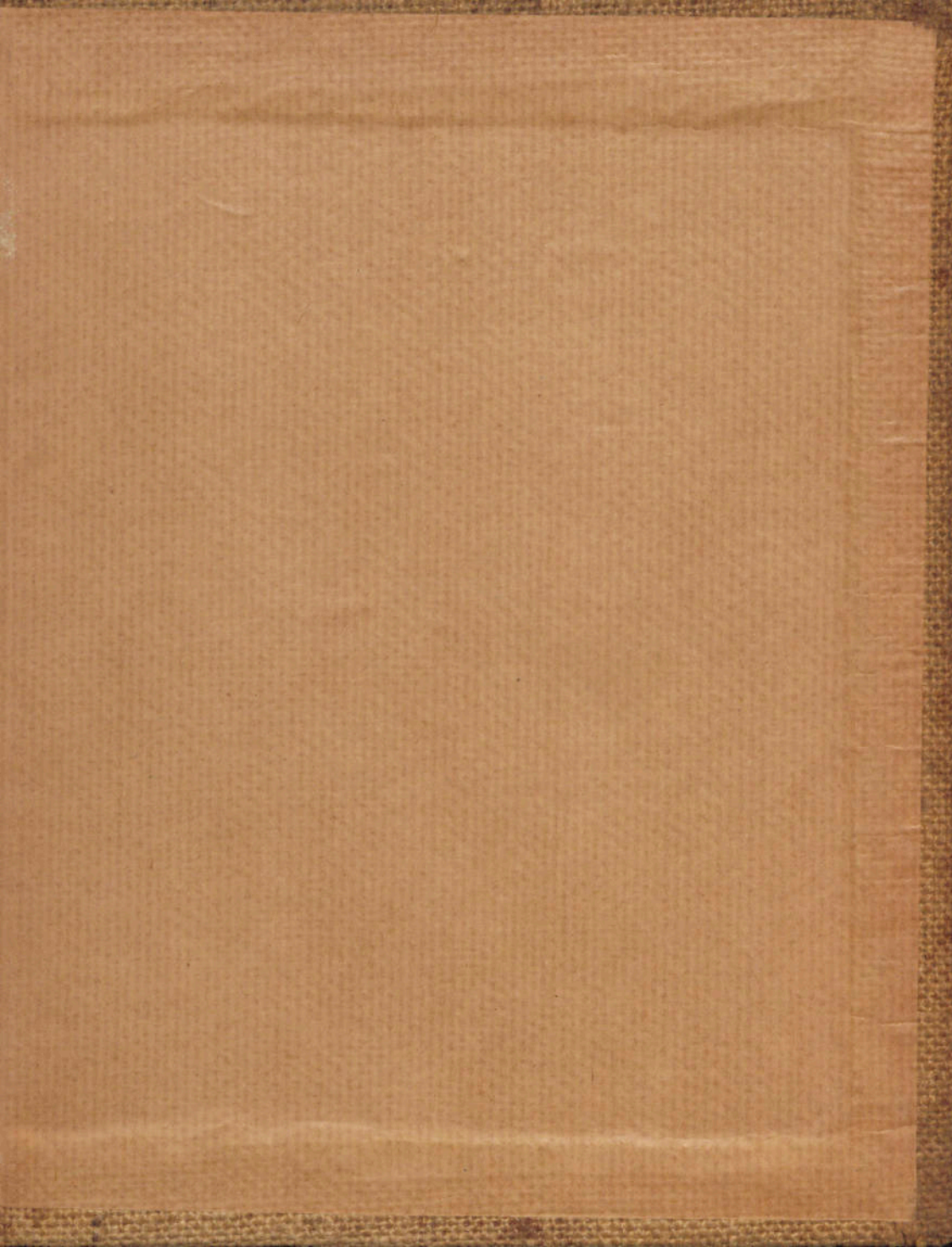
Volto às palavras do comêço: não pergunto à Nação quem vai eleger. Sinto a vitória: *a revolução continua.*»



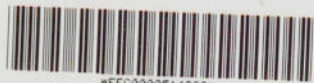
EDIÇÕES

SPN

LISBOA



NB



EFC00000514092

S.N. 1